



EVA BAPTISTA. *Associação das Creches de Santa Marinha: Espaço de Modernidade Educativa.* Porto: CITCEM, 2018. 262 pp. ISBN 978-989-20-8520-3

Nota introdutória:

Eva Baptista, autora da obra que aqui apresentamos é licenciada em Ciências Históricas (ramo património), especializada em Ensino da História e Educação Especial. Encontra-se atualmente a concluir o Curso de Doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigadora do CITCEM e do GHAP/ASCR-CQ, e integra o grupo de investigadores do Projeto «INOVAR – Roteiros da inovação pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX», no âmbito do qual desenvolveu uma investigação da Associação de Creches de Santa Marinha.

A monografia – *Associação das Creches de Santa Marinha: Espaço de Modernidade Educativa* – é composta por sete

capítulos que apresentam de forma criteriosa o processo investigativo em torno da educação da primeira infância, ao mesmo tempo que analisam e permitem o acesso ao acervo documental da Associação das Creches de Santa Marinha, rico e inédito, trabalhado de forma crítica e rigorosa.

Olhando por exemplo para os contextos (políticos, económicos e sociais, sobretudo), não pudemos deixar de eleger o aparecimento das creches em meios operários, suburbanos, como uma resposta ideológica, claro (basta ver os seus “progenitores”) mas sobretudo social àqueles (ou àquelas) que precisando da jorna para o sustento, necessitavam também de alguma instituição que cumprisse esse papel de apoio familiar. Mas podíamos ter apenas uma característica assistencial. A inovação é que o ambiente pedagógico que se vivia em finais do século XIX, onde a criança deixou de ser o adulto em miniatura mas alguém com uma idiossincrasia própria e a necessitar de um contexto pedagógico próprio, levou à inovação, cruzando disciplinas, saberes, vontades.

Partindo destas premissas, a autora assume, logo no texto introdutório, ser seu objetivo “analisar o percurso histórico da centenária Associação das Creches de Santa Marinha, um património vivo, pois que ainda exerce o seu labor com crianças, desde 1889”, definindo para tal, as seguintes questões de investigação:

- a) Qual é o lugar da “Creche” neste “século de escola”, neste contexto de forte Associativismo e mutualismo operário, de emergência do trabalho feminino fora dos domicílios e de cruéis taxas de mortalidade?

- b) Qual é o lugar da Associação das Creches de Santa Marinha fundada numa região na vanguarda da apologia e propaganda da Educação infantil?
- c) A que necessidades sociais pretendia responder: sobrevivência física e/ou desenvolvimento moral, auxiliar as crianças ou mães, formar cidadãos ou esconder miseráveis?
- d) Que motivações impulsionaram a sua criação: a caridade tradicional (católica), ou/e a Filantropia burguesa, e/ou maçónica? Os avanços das ciências biomédicas e/ou sociais?
- e) De tradição e gestão associativista (assente em princípios liberais/democratas) como se explica a sua sobrevivência e até certo crescimento durante o Estado Novo?

A obra arranca com um capítulo intitulado *As Creches em Portugal – Capítulo 1*. Aqui, a autora começa por lançar o seu olhar sobre a imprecisão na aplicação e definição do conceito de “Creche”, enquanto instituição que surge “nos centros industriais e em alguns rurais e junto das grandes fábricas, visando atender o operariado” e que “visavam fins educativos”. Definido o conceito, o leitor é convidado a viajar por uma abordagem histórica da educação para a primeira infância, desde período de difusão de Casas de Asilo e das Creches tendo por referência os modelos de Pestalozzi e Fröbel, durante a Monarquia Constitucional, até ao momento pós-25 de abril, passando pela experiência de “republicanização” da sociedade – onde a educação surge como “bandeira” do discurso republicano – e pelo Estado Novo, momento onde

“Paulatinamente (...) a educação infantil ficou confinada a instituições particulares sem objetivos educacionais definidos e sem qualificações específicas requeridas”. Olhando para a génese da Creche como resultado da combinação entre o processo de industrialização, regeneração e filantropia, a obra problematiza os impulsos e as resistências sentidas ao longo do século XIX, fornecendo ainda um contributo para o estabelecimento de uma cronologia da constituição destas instituições até 1974, refletindo as motivações, tutelas e intensidades, salientando o papel meritório do associativismo como força motriz para o apoio à primeira infância. No que concerne à realidade gaiense, o estudo aborda a insalubridade desta cidade votada à industrialização, os estrondosos números de mortalidade infantil, assim como o papel da caridade maçónica, enquanto motivações para o surgimento das primeiras creches neste município.

O capítulo 2 – *A Génese da Associação das Creches de Santa Marinha* – testemunha a importância da ação da elite gaiense na edificação desta instituição assistencial e educativa, salientando a figura de Leopoldo de Oliveira Mourão enquanto mentor da proposta que visava a “criação de uma instituição para auxílio e assistência dos filhos das operárias da freguesia de Santa Marinha”. Dando continuidade à ação assistencial, a Associação das Creches de Santa Marinha viria a constituir uma filial junto da comunidade piscatória da Afurada, possibilitando, desta forma, expandir a sua ação a um público mais vasto. Nesta lógica de extensão do campo de ação, a questão dos espaços vai constituir uma prioridade entre as preocupações da Direção desta instituição, – questão

retomada no capítulo 4 – sendo que os primeiros anos da sua existência vão ser marcados pela esperança na ocupação do Convento Corpus Christi, até à compra de um palacete que representava o protótipo da “mansão ideal para as criancinhas”, onde se viria a instalar a Associação até aos dias de hoje.

O *terceiro capítulo* procura identificar as linhas fundamentais da *Organização e Funcionamento Interno* da Associação das Creches. Os documentos estatutários, assim como o regulamento interno da instituição, vão definir os aspetos essenciais da vida desta organização, desde a classificação e admissão dos sócios, até a definição e atribuição das funções a serem desempenhadas pelos vários funcionários das Creches. Estes textos normativos, particularmente o Regulamento Interno – construído de acordo com o parecer médico –, vão ser influenciados pelo movimento higienista, estando de acordo com os princípios defendidos na época. Para além da análise destes documentos, a autora entendeu incluir o texto integral dos Estatutos da Associação das Creches de Santa Marinha de Gaia e do Regulamento Interno, possibilitando novas leituras e alimentando novas reflexões em torno deste instituição centenária.

Retomando a questão das instalações porque passou a ACSM, a autora dedica o *quarto capítulo* ao estudo d’*Os espaços*, disponibilizando, para além de uma análise rigorosa e criteriosa dos edifícios ocupados por esta instituição, um magnífico conjunto de registos fotográficos que comprovam as excelentes condições deste que é “o testemunho mais secular do apoio à primeira infância em Vila Nova de Gaia”. De

um primeiro edifício, na rua Diogo Leite, pertencente aos membros do Clube de Vila Nova de Gaia (Os Cartolas), até ao edifício onde se viria a instalar definitivamente, na rua General Torres, a história da ACSM faz-se também de espaços, que, pese embora as dificuldades sentidas na sua manutenção e conservação arquitetónica, vão constituir um exemplo sob ponto de vista higienista e pedagógico do que deveria ser um espaço de assistência à primeira infância, testemunhando, neste sentido a ação filantrópica dos beneméritos que vão apoiar a instituição e as famílias a que esta dava assistência. A história destes espaços faz-se também das variadíssimas alterações de que foi alvo, ora para conservar as condições mínimas para exercer as funções a que se dedicavam, ora para dar respostas aos novos desafios colocados, sendo exemplo disso a inauguração de um consultório médico, o Jardim de Infância e o serviço de atividades de tempos livres. A história deste edifício, e da própria Associação das Creches de Santa Marinha, faz-se também de cedências, o que permitiu que muitas outras instituições encontrassem no edifício desta associação uma casa – como por exemplo o Colégio Central.

O *capítulo 5 – Lideranças* – homenageia o grupo de notáveis que, ao longo de 130 anos, serviram esta instituição de forma empenhada, sendo a sua postura, conforme nos indica a autora, norteadada por “uma única política – bem fazer – e uma religião – a caridade”. As personalidades que foram integrando os corpos gerentes desta associação, dada a sua notoriedade e o papel de desempenhavam no apoio às famílias, “constituíram sempre um núcleo influente da sociedade gaiense e socialmente interventivo”, aproveitando essa

posição no sentido de favorecer o serviço que prestavam à comunidade, tanto mais que “os períodos de maior desenvolvimento desta instituição estão relacionados com períodos de melhor posicionamento político dos seus corpos gerentes e respetivos círculos familiares, não só a nível concelhio e distrital mas também junto do governo central”. Esta questão chama-nos à atenção para um outro aspeto, o “facto de a vivência na creche, em vários casos, se ter alargado à família e mesmo às gerações seguintes como foi o exemplo do próprio fundador”, constituindo-se, desta forma, uma verdadeira “causa de família”. Por outro lado, a análise continuada dos corpos sociais da ACSM permitiu perceber que durante toda a década de 30 do século XX, se notou “a persistência da Maçonaria nas vésperas de passar à clandestinidade”. Já a década de 40 foi marcada pela escrupulosa ação da gerência, o que contribuiu para que esta instituição se tenha afirmado como uma creche conceituada e um modelo a ser seguido. Muitas destas emblemáticas figuras estão presentes na “galeria de notáveis”, que procura manter viva a memória daqueles que tudo deram em prol desta instituição. O mesmo acontece com algumas das zeladoras que, pelo trabalho desenvolvido na organização doméstica e por todo envolvimento no quotidiano das Creches, vão merecer um justo reconhecimento pela ação desempenhada.

O penúltimo capítulo – *As crianças e o Quotidiano* – traz-nos uma representação do contexto socioeconómico das crianças (e respetivas famílias) que eram acolhidas pela Associação de Creches de Santa Marinha. De forma sintética, eram recebidas na instituição “crianças entre três meses e seis anos de idade, de saúde regular, vaci-

nadas e batizadas, filhas de trabalhadores pobres e de bom comportamento”, ainda que, mais tarde, a idade de admissão de crianças se fixa-se nos nove meses, até aos sete anos, momento em que deveriam ingressar no ensino primário. Ainda que os critérios de admissão fossem apertados e rigorosos, a documentação testemunha que a pobreza da família, assim como a sua conduta eram os requisitos prioritários na admissão das crianças, o que reitera a natureza assistencial e protetora desta associação. No que diz respeito à alimentação, o Regulamento Interno definia que esta deveria ser “apropriada à idade e nunca poderia ser inferior a três [refeições por dia]”. À semelhança do que acontecia com a alimentação, “era sobretudo a filantropia quem vestia estas crianças, sobretudo, por mão das zeladoras e das fábricas da região”.

Se o sucesso desta instituição se deve, em grande medida, à ação desenvolvida pelos sucessivos corpos gerentes, a sua longevidade explica-se, também, pela ação da Filantropia e dinâmicas sociais em torno do sustento da Associação das Creches, como se comprova com o *capítulo 7. A vida quotidiana das crianças da creche era, em grande medida, custeada pela ação generosa de inúmeros beneméritos que com as suas contribuições permitiam o bom funcionamento desta instituição. Entre os vários legados e benfeitores da associação, lembrados neste trabalho, podemos destacar a ação do jornal *A Terra de Gaia*, o *Comércio do Porto*, os donativos de empresas de Vinho do Porto, assim como o constante contributo “da Maçonaria em favor da proteção e da educação dos pequenos cidadãos”. Muito do capital granjeado, quer por donativos, quer pelas quotas dos asso-*

ciados, vão estar diretamente relacionados com a rede familiar e a influência social dos corpos gerentes da ACSM, ao mesmo tempo que testemunham a relação estabelecida entre esta instituição e a restante comunidade. A par das oferendas, os eventos de carácter social vão ser fundamentais para a fundação e sustento das creches. Pelo seu impacto social e pelo significado económico, entre todos os eventos sociais, vai-se destacar a exposição artística organizada pelo escultor António Teixeira Lopes, que vai reunir um considerável conjunto de obras de arte cuja receita da venda deveria reverter a favor da Associação das Creches, contribuindo de forma significativa para a estabilização do seu cofre. O apoio dado à associação vai assumir diversas faces, “a partir de 1936, as novas estruturas de regulamentação e apoio social do Estado Novo introduzem novos intervenientes e estendem a sua ação à Associação das Creches de Santa Marinha”, através, por exemplo, da “organização Nacional Defesa da Família” e do Instituto Maternal. Esta onda de solidariedade social e beneficência, individual ou coletiva, vão alimentar a longevidade desta instituição, assim como a sua ação pioneira e inovadora no campo da assistência materno-infantil.

A obra que aqui apresentamos – *Associação das Creches de Santa Marinha: Espaço de Modernidade Educativa* – constitui, para além de um precioso contributo

para o avanço da investigação em torno da História da Educação para a Primeira Infância, em particular, e da História da Educação, em geral, uma justa homenagem a uma instituição que se orientou sempre pelos “mais altos valores sociais”, enquanto organismo de “assistência pública multifuncional” que se empenhou em desbravar caminho de forma inovadora num campo ainda por explorar.

Eva Baptista empenha-se, de forma criteriosa e empenhada, por nos trazer um trabalho coeso, consistente, pertinente, rico no corpo documental e precioso na análise e reflexão com que nos brinda. Permite e instiga à discussão em torno da educação da primeira infância, ao mesmo tempo que divulga o trabalho louvável de um “organismo vivo” que se afirmou como “baluarte da proteção à infância no município” de Vila Nova de Gaia. Representa um ponto de partida e sela a promessa de continuidade do estudo de uma instituição que com certeza ainda tem muito com que nos surpreender.

Luís Alberto MARQUES ALVES
Faculdade de Letras na Universidade
do Porto

Francisco PEREIRA
Faculdade de Letras na Universidade
do Porto